

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.032 - MS (2019/0167506-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : LUCIA GUERRERO (PRESO)

ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE. RECURSO PROVIDO.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. A Juíza de Direito mencionou apenas a gravidade abstrata do crime imputado à ré, a existência de prova da materialidade e indícios da autoria, dados que não constituem elementos suficientes para demonstrar a acentuada periculosidade da acusada ou a maior reprovabilidade de sua conduta, ao salientar que "a segregação dos investigados se faz imprescindível para o sucesso das investigações no curso do inquérito policial, restando patente que a liberdade dos representados vêm a comprometer a ordem pública, na medida em que respondem por crimes de extrema gravidade e que por si só, se revelam uma grande ameaça à sociedade, além de embaraçar a identificação de pessoas ligadas ao verdadeiro esquema montado".

3. Recurso provido, para tornar sem efeito o decreto de prisão, sem prejuízo da possibilidade de nova decretação da custódia preventiva, se concretamente demonstrada sua necessidade cautelar, ou de imposição de medida alternativa, nos termos do art. 319 do CPP.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, dar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 03 de outubro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

